

Os efeitos discursivos do enunciado “Intervenção Militar Já”: o retorno da ditadura ou o controle do caos?

Rosiene Aguiar Santos¹

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes²

Resumo

O enunciado “Intervenção Militar Já” tem ganhado notabilidade através das redes sociais nos últimos anos. Esse discurso traz um efeito de memória que remete ao período ditatorial que houve no Brasil entre 1960 e 1985. Contudo, há efeitos de sentidos que funcionam nesse discurso evidenciando que um período de governo, sendo efetuado por militares novamente, seria fator de controle e ordem para os problemas atuais, sugerindo que foi também assim na Ditadura. Instaure-se, assim, uma tentativa de apagamento da memória da Ditadura Militar no Brasil. Neste artigo, analisa-se, sob a ótica da Análise de Discurso pecheuxiana, (PÊCHEUX, 1969, 1975, 1983) materialidades com a inscrição do dito Intervenção Militar Já na rede social Facebook. Nota-se o funcionamento de posições-sujeito, tanto de apologia à Ditadura Militar brasileira, sendo a intervenção militar entendida como um processo que pode trazer “ordem e progresso” ao país, quanto de repúdio à suposta intervenção militar, pelo entendimento de que esta poderia representar o retorno ao regime ditatorial que vigorou no país outrora.

Palavras-chave: Intervenção Militar Já. Facebook. Análise de discurso digital.

THE DISCURSIVE EFFECTS OF THE STATEMENT MILITARY INTERVENTION IMMEDIATELY: THE RETURN OF THE DICTATORSHIP OR THE CONTROL OF CHAOS?

Abstract

The statement “Military Intervention Immediately” has gained prominence through social networks in recent years. This discourse brings a memory effect that refers to the dictatorial period that occurred in Brazil from the early 1960s to 1985. However, there are effects of meanings that work in this discourse, evidencing that a period of government being carried out by the military again would be a factor of control and order for the current problems, suggesting that it was also in the Dictatorship. An attempt is thus made to erase the memory of the Military Dictatorship in Brazil. In this article we analyze from the point of view of the Analysis of Discourse by Pêcheux, (PÊCHEUX, 1969, 1975, 1983) materialities with the inscription of said Military Intervention Immediately in the social network Facebook. We note the operation of subject positions, both apology to the Brazilian Military Dictatorship, and military intervention understood as a process that can bring “order and progress” to the country, as well as repudiation of the

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação em Linguística – PPGLIN da Universidade Estadual da Bahia – UESB. E-mail: osegui13@hotmail.com

² Doutora em Linguística pela Universidade de Pernambuco, professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual da Bahia – UESB e do Programa de Pós-graduação e do Programa de pós-graduação em Linguística – PPGLIN da Universidade Estadual da Bahia – UESB. E-mail: cortesgr@gmail.com

supposed military intervention, by the understanding that this could represent the return to the dictatorial regime that prevailed in the country once.

Keywords: Military Intervention Immediately. Facebook. Digital Discourse Analysis.

Introdução

Apesar de uma aparente tranquilidade democrática observada no Brasil desde o final da Ditadura Militar (1964-1985), atualmente observa-se a ilusão dessa harmonia, pois surge nas redes sociais e nas ruas o enunciado: *Intervenção Militar Já*, postulando que o executivo federal seja exercido por militares como a solução para os problemas atuais do país.

Aqui, entendemos o enunciado de acordo com a concepção de Foucault, esclarecido por Courtine (1981), pois este apresenta-se numa existência material e situa-se numa relação entre o intradiscurso – o lugar da enunciação do sujeito e atualização de uma memória através de uma formulação discursiva - e o interdiscurso, a memória longa, o conjunto dos já-ditos (COURTINE, 2009 [1981], p. 90-91).

Neste trabalho, analisa-se materialidades com a inscrição do enunciado em questão, especificamente na rede social *Facebook*, à luz da Análise de Discurso Pecheuxiana (AD), (PÊCHEUX, 1969, 1975, 1983) e mobiliza as seguintes noções teóricas da AD: memória discursiva; efeito metafórico; mecanismo imaginário; posições-sujeito e silenciamento. Ademais, as contribuições da História e dos estudos realizados por outros teóricos que trabalham com a AD também são produtivos para as análises de discursos que circulam nos espaços digitais.

O *Facebook* foi criado em 2004 por Mark Zuckerberg e é uma das principais redes sociais da atualidade, tendo atingido o registro de mais de dois bilhões de inscritos.

As análises indicam o funcionamento de distintas posições-sujeito e efeitos de sentidos, sendo estes afetados pelo mecanismo imaginário. Da movimentação dos sujeitos e dos sentidos, destacam-se dois posicionamentos: o que considera a intervenção como algo constitucional e provisório, necessário para o restabelecimento da ordem; e o posicionamento que concebe a intervenção como um retorno de um efetivo governo ditatorial, com a volta de todos os percalços enfrentados no século passado.

Condições de produção do discurso de Intervenção Militar Já

Em 31 de março de 1964, foi consolidado um Golpe de Estado no Brasil, orquestrado pelos militares que eram contrários às políticas reformistas do então presidente João Goulart - conhecido popularmente como Jango - que tinha assumido o governo diante da renúncia de seu antecessor Jânio Quadros. O governo de Jango estava voltado às camadas populares da sociedade e visava consolidar uma política nacionalista para que se perpetuasse o desenvolvimento do país (CAZARIN; MENEZES, 2014).

O golpe deu início à Ditadura Militar que só terminou 21 anos depois, após uma série de truculências adotadas pelo regime (INDURSKY, 2013). Segundo Indursky (2013), as justificativas utilizadas para que a forma de representatividade de poder fosse substituída pelas Forças Armadas seriam o pretexto de salvar o Brasil da corrupção daquela época, assim como da desordem, do desmando e do “comunismo”.

Brito (2018) também discorre acerca deste período da História do Brasil, o apoio dado pela sociedade e pela imprensa ao golpe militar e os empecilhos impostos, muitas das vezes de forma violenta, aos grupos que resistiam ao golpe são os destaques do autor, vejamos a seguir:

[...] Em 02 de abril, a Marcha da família com Deus pela liberdade desfilou pelo centro do Rio de Janeiro. Dias depois, ocorreram passeatas com o mesmo teor em outras cidades. Junto a essas ações de rua, editoriais, reportagens e moções desqualificavam Goulart e seus apoiadores, denunciavam a “subversão” e demonstravam a ampla adesão à “Revolução”. Os aplausos na rua e na imprensa estiveram combinados com a escalada repressiva. Concomitante ao silenciamento de discursos e gestos de resistência à deposição de Goulart, algumas medidas visaram garantir a ordem pela violência (BRITO, 2018, p. 8).

A tomada de poder pelos militares por muito tempo foi denominada de Revolução de 64 com feriados e comemorações nas escolas e uma tentativa de legitimar este período como algo benéfico ao país (COSTA CARDOSO, 2018). O discurso dos militares tentou impor à sociedade sentidos de liberdade ao processo de ditadura. As situações de corrupção e de desordem que antecederam o momento do golpe e o período ditatorial posteriormente, segundo eles, eram provenientes da possibilidade da implementação de um sistema de produção comunista no Brasil, considerando que as políticas defendidas por Jango, em defesa da classe mais popular do país, indicavam uma adesão ao comunismo, e isso era grave. Os autores Souza e Dias apresentam um resumo que melhor explica os acontecimentos da Ditadura, vejamos:

[...] foram 21 anos de ditadura, tendo à frente os comandantes militares e em seu entorno civis de variados segmentos sociais. Foram décadas de intervenções autoritárias no sistema educacional, cassações de direitos políticos e profissionais, perseguições, prisões ilegais, torturas e assassinatos de opositores, sob a alegação do anticomunismo. (SOUZA; DIAS, 2018, p. 1).

Como já destacamos, a imprensa era auxiliar das elites nacionais e dos interesses estadunidenses e buscava induzir a opinião pública a crer que a situação de tomada do poder pelos militares vivenciada no país fazia parte de um momento revolucionário e que conseqüentemente traria progresso ao Brasil, a seguir podemos constatar

estes fatos diante das assertivas dos autores Cazarim e Menezes:

[...] a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, a Globo, a Record, o Jornal do Brasil e o Correio do Povo são só alguns exemplos de organizações midiáticas que operavam dentro de uma corrente ideológica, articulada com a imprensa norte-americana, afim de moldar a opinião pública na defesa dos interesses da elite nacional e do capital estrangeiro. Palestras, filmes e peças teatrais foram algumas das técnicas de divulgação e propaganda utilizadas pelo complexo IPES/IBAD para estimular a sociedade a compartilhar da sua posição ideológica (CAZARIN; MENEZES, 2014, p. 115).

A História mostra que o período de governo efetuado pelos militares no Brasil foi uma ditadura e acarretou em inúmeros malefícios para a sociedade, principalmente àquelas pessoas que iam de encontro com as atitudes tomadas pelas forças armadas atuantes no país e acabavam presas e torturadas sob as mais terríveis formas de degradação da pessoa humana, como podemos observar a seguir:

O cotidiano era perpassado por atos institucionais, atos complementares, leis de segurança nacional e decretos-leis. Um regime autoritário, que tentava estabelecer uma ordem (a sua), entendendo como desordem qualquer manifestação de opinião contrária ao que impunha (COLLING, 2018. p. 5).

Diante de toda a verdade histórica que atualmente é contestada, principalmente por indivíduos da sociedade que podem não ter tido contato acadêmico com a disciplina que apresenta o estudo do passado, no propósito de conhecê-lo a fim de não repeti-lo, nos colocamos no intuito de compreender, com base numa análise discursiva pecheuxtiana, os efeitos de sentidos que funcionam nessa trama.

As contribuições através de estudos e investigações sobre este anseio de um retorno pela intervenção militar atualmente têm sido frequentes no ambiente acadêmico. Os mais preocupados em tratar deste assunto são os historiadores, no

entanto, um estudo de acordo com a Análise de Discurso (AD) é, sem dúvida, muito pertinente, uma vez que auxiliará na compreensão do processo de subjetivação e dos efeitos de sentidos que são produzidos e funcionam nesse discurso em análise, o enunciado *Intervenção Militar Já* agora difundidos nos espaços digitais da *internet*.

O objeto de estudo da AD é o Discurso, definido como o efeito de sentidos entre os interlocutores (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82). Para a AD, a ordem da língua é própria, o sujeito é dividido e interpelado pelo inconsciente e pela ideologia e os sentidos não estão na literalidade do significante, mas são afetados pela *memória* e determinados historicamente (PÊCHEUX 1969, 1975, 1983).

A memória discursiva na AD se trata da memória linguístico-histórica e não da memória cognitiva. Para Pêcheux, a memória discursiva “deve ser entendida [...] nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999 [1983], p. 49-51).

Courtine (2009) propõe que “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; [...]” (COURTINE, 2009 [1981], p. 105-106). O acontecimento na Análise de Discurso é o ponto de encontro de uma atualidade com a memória do tempo longo, tal acontecimento envolve, portanto, a língua e a memória.

Courtine (1981) compreende o Interdiscurso (eixo vertical) como a memória longa, ou seja, todo o conjunto dos já-ditos. Em nossa análise, o interdiscurso se constitui de todos os já-ditos sobre a Ditadura Militar de 1964; já o Intradiscurso (eixo horizontal) é o tempo curto no qual se atualiza uma memória, por meio das formulações discursivas. Neste estudo, seria o exemplo do enunciado *Intervenção Militar Já* - inscrito em materialidades

publicadas nas mídias digitais - que atualiza a memória do discurso da Ditadura Militar, por meio das relações de metáforas discursivas, com efeitos parafrásticos e/ou polissêmicos.

Na AD, a metáfora discursiva versa na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações, de acordo com Pêcheux, o efeito metafórico funciona quando há uma substituição contextual (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 96). Orlandi (2003) ressalta que a metáfora discursiva pode instituir tanto o mesmo efeito de sentido, denominado de paráfrase, como pode instaurar a polissemia, que são os deslocamentos, as rupturas dos processos de significação.

Também será mobilizada para esta análise a noção teórica de silenciamento (ORLANDI, 1992). O silenciamento acontece através de um mecanismo discursivo que consiste na substituição de um enunciado por outros, vejamos:

A ligação entre silêncio e memória permite perceber, segundo Orlandi (1999, p. 59), que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios e silenciamentos. Ainda para a autora, os esquecimentos podem ser de duas ordens: um sentido é esquecido (ou apagado) para que um novo sentido se constitua ou esquecesse novos sentidos que já foram possíveis, “mas que foram estancados em um processo histórico-político silenciador” (id. *ibid.*, p. 62), sendo, assim, evitados ou “de-significados”. Esse é o trabalho da censura (GRIGOLETTO, 2003, p. 233).

O silenciamento permite o apagamento de sentidos que já foram possíveis, mas acabaram sendo esgotados em algum processo político-histórico, e isto se dá de várias formas, seja pela censura, pela negação, ou pelo esquecimento.

Outro conceito importante mobilizado nesta análise é a noção de Mecanismo Imaginário, Orlandi discorre que o imaginário

[...] é capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas. Mas em seu funcionamento ideológico, as palavras se apresentam com sua transparência que poderíamos atravessar para atingir seus “conteúdos”. (ORLANDI, 1994, p. 57).

Na AD, a noção de social é ressignificada, não se trata mais dos traços sociológicos empíricos, mas sim as formações imaginárias que se constituem nas relações sociais que funcionam no discurso, a imagem que se faz de algum acontecimento ou de algo (ORLANDI, 1994).

A AD encontra, no âmbito digital, novas formas de funcionar o discurso na sociedade (CAVALCANTI, 2015, p. 1), não se trata apenas da materialidade que está disponível à análise, mas também se torna parte analítica, considerando as condições de produção, de circulação do discurso e os possíveis efeitos de sentidos que funcionam neste espaço.

As materialidades discursivas inscritas no meio digital estão presentes no ciberespaço. Cortes (2015) ressalta que o ciberespaço é um lugar de embates discursivos e disputas territoriais, que, embora funcione sob o imaginário de liberdade “plena”, é um lugar de controle e disputas de poder. Os discursos inscritos no ciberespaço, de acordo com a AD, podem ser levados às práticas empíricas da sociedade e, por conseguinte, ser objeto de análise discursiva. Grigoletto (2011) faz essa constatação acerca da concepção de espaço empírico e de espaço discursivo, a autora apresenta que as relações ideológicas, institucionais ou sociais que acontecem no espaço empírico são afetadas e também afetam, concomitantemente, as relações que se dão no âmbito do discurso, determinando as relações entre os sujeitos (GRIGOLETTO, 2011).

Dias (2016) aponta que o discurso digital afetou o campo das discursividades, seja as relações históricas, sociais e ideológicas, ao determinar a forma como os sujeitos e os sentidos são constituídos, ou nas relações de trabalho, de mobilidade, dos encontros, assim como o fazer científico, no qual são considerados os processos de produção e os meios de circulação.

As redes sociais têm sido vitrines discursivas diante da facilidade de circulação das suas

materialidades, dentre elas está o *Facebook*, que para este trabalho foi mobilizada como fonte de coleta e constituição do *corpus*.

O *Corpus* Discursivo

A metodologia em Análise de Discurso é própria, no processo de coleta de *corpus*, por exemplo, tendo em vista as especificidades teóricas da AD, a delimitação do *corpus* não é linear e se constitui por critérios teóricos e não empíricos (ORLANDI, 2003).

Para constituir o *corpus* de sequências discursivas (SDs) desta análise, foram consideradas materialidades com a inscrição do enunciado *Intervenção Militar Já*, ou relacionadas, sendo quatro SDs provenientes de publicações e seis de seus comentários, sendo quatro da segunda postagem e dois da terceira, totalizando dez SDs, isto para observarmos os diversos efeitos de sentidos e posições-sujeito que funcionam em tais materialidades.

O gesto analítico

Em junho de 2013, iniciaram-se, no Brasil, manifestações contrárias ao aumento da passagem de ônibus, isso em todas as regiões do país, no entanto esses protestos geraram também motivações para reivindicações ao governo, cobrando mais saúde, mais educação, mais segurança, entre outros anseios. Neste momento, as cobranças começaram a se afunilar em direção a Dilma Rousseff, então presidente do Brasil em seu primeiro mandato.

Mesmo diante desta instabilidade, Dilma Rousseff foi reeleita presidente da República em 2014, no entanto, as manifestações foram mantidas e as cobranças passaram a ser mais categóricas contra sua reeleição. Logo após o democrático pleito eleitoral que deu a Dilma Rousseff o segundo mandato na presidência

do Brasil, essas manifestações se sustentaram e juntamente com elas surgiu o enunciado *Intervenção Militar Já*, primeiramente, nas redes da *internet* e, posteriormente, nas ruas.

Para iniciar esse processo analítico, selecionamos uma imagem publicada no *Facebook* para ilustrar a matéria do Jornal O Estado de São Paulo sobre manifestações que aconteceram em São Paulo no domingo após as eleições gerais de 2014. Segue abaixo as quatro primeiras SDs e suas respectivas análises discursivas.

SD1:



Figura 1 - Ilustração da publicação da matéria do Jornal Estadão.

GABRIELA BILO. Foto da manifestação em ato pelo impeachment de Dilma Rousseff. 2014, São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/estadao/photos/pcb.1054598064555255/1054596501222078/?type=3&theater>.

Ao observarmos a materialidade (imagética e linguística) percebemos o funcionamento de uma atualização da memória histórica da Ditadura Militar no Brasil, com a repetição que estabiliza sentidos do já-dito, ou, como denomina a AD, com efeito parafrástico. Assim, o sujeito do discurso, interpelado pela ideologia do discurso militar, ocupa a posição sujeito favorável a uma tomada de poder das forças armadas no país.

Vejamos, a seguir, os desdobramentos que este discurso ganhou diante das redes sociais, com funcionamentos de efeitos de sentidos notadamente contrários.

SD2:



Figura 2 - Publicação da página Meu Professor de História.

Publicação da página Meu Professor de História. Disponível em: <https://www.facebook.com/MPHistoria/posts/557017384432136>.

Na postagem da página denominada Meu Professor de História no *Facebook*, observamos a materialidade linguística que diz: *Intervenção Literária Já*, o que para a AD se constitui em uma Metáfora Discursiva, na relação com o enunciado *Intervenção Militar Já*, instaurando o efeito de polissemia.

O funcionamento desse efeito metafórico, com instauração da polissemia, traz um efeito de sentido para a *Intervenção* totalmente díspar ao substituir *Militar* por *Literária*, pois remete que a leitura, a busca por conhecimento, a superação da ignorância possibilitaria o descrédito a qualquer anseio por uma tomada de poder pelos militares.

Ainda acerca desta interpretação analítica, observamos que, logo abaixo do enunciado *Intervenção Literária Já*, há um comentário, no qual funciona efeitos de sentidos que apontam para uma posição-sujeito também contrária à tomada de poder pelos militares, com os dizeres:

SD3:

“Amigos que querem os militares no poder: vão estudar, ler livros, estudar História, ver documentários.”

Este discurso mobiliza um efeito de memória que atualiza sentidos negativos – de ditadura – para a intervenção militar ocorrida em 1964 e funciona um efeito de sentido categórico e forte, ao considerar a falta de conhecimento histórico sobre o Brasil como a única justificativa para desejar a volta dos militares ao poder.

Devido à postagem com a crítica efêmera ao discurso que defende uma intervenção militar novamente no país, surgem os comentários com as opiniões combatentes aos sentidos que funcionam no enunciado *Intervenção Literária Já*.

Como já fora analisado, tal crítica demonstra que os anseios por uma tomada de poder pelos militares indicam desconhecimento da História do Brasil e, principalmente, dos transtornos que já foram vividos por inúmeros indivíduos da sociedade brasileira nas décadas de regime ditatorial, como a censura, as torturas, as truculências, etc. Ainda assim, podemos observar os seguintes comentários que também serão analisados sob a ótica da AD.

A seguir as análises das SDS 4 e 5 que consistem num recorte de quatro (4) comentários sobre a postagem da SD2, tais comentários foram transcritos exatamente como estavam na publicação³:

SD4:

J. A. Gente os militares não torturavam pessoas de bem nem trabalhadores, eu vivi essa época, era tranquilo pra quem vivia em paz, você sai a noite sai pra balada viajava, não tinha assaltos era normal. Agora pra terroristas a conversa era outra. (sic)

SD5:

J. A. Minha avó dizia a mesma coisa. Que era a melhor época e pra mim esse depoimento vale muito, afinal foi de quem viveu e não só leu um livrinho de história e assistiu documentário (sic)

De acordo com o discurso que funciona na SD4, o sujeito ocupa uma posição segundo a qual não houve uma Ditadura Militar no Brasil, mas houve bonança, ou seja, havia tranquilidade e paz, sem a propagação de violência para pessoas que eram consideradas de boa conduta.

Assim, instaura-se o silenciamento de sentidos acerca do período em que o Brasil foi governado

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/MPHhistoria/posts/557017384432136>.

por militares/ditadores; ao mesmo tempo, atualiza-se a memória do discurso dos militares, segundo a qual, só sofriam com as torturas, as censuras e as atrocidades daquele governo, aqueles que “mereciam”, ou seja, “pra terroristas a conversa era outra”, sendo que, quem realmente era uma pessoa considerada “de bem” gozava de prosperidade e assim nada tinha a temer.

Ao denominar de terroristas os que supostamente “mereciam” a tortura, instaura-se uma relação metafórica entre terroristas e combatentes da Ditadura Militar, produzindo, assim, efeitos polissêmicos de ressignificação para os combatentes: os intelectuais, os artistas, alguns religiosos etc., e todos que não compactuavam com as ações dos militares.

Segundo Pêcheux (1995, p. 160), “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, assim, o efeito de sentido para terroristas aponta para o funcionamento de uma posição-sujeito de adesão ao discurso dos militares; já o efeito de sentido para combatentes, nos remete ao funcionamento de uma posição-sujeito de resistência ao discurso dos militares e de adesão ao discurso da democracia.

Na SD5, o sujeito discursivo mantém a mesma posição da SD4, ao considerar que o depoimento de quem viveu o período da Ditadura (senso comum) tenha maior credibilidade do que os estudos científicos, como aqueles já concebidos historicamente, ao desdenhar da Ciência História que contribui socialmente para difusão das informações sobre as construções socioculturais humanas existentes no tempo e no espaço, sejam elas positivas ou não. “[...] afinal foi de quem viveu e não leu só um livrinho de história e assistiu documentário” (sic) (SD5), consiste que vale mais ter vivido pessoalmente o período que confiar na divulgação científica acerca dos fatos históricos.

A seguir, temos mais duas SDs, a 6 e a 7, constituídas de comentários acerca da mesma postagem que constitui a SD2.

SD6:

W. S. Ler esses livros de História escritos pelo MEC repletos de doutrinação marxista e documentários que mostram somente a versão esquerdista dos fatos?! Jamais, isso é coisa de comunista!!

SD7:

F. L. Vejo que o PT realmente “falhou”, as pessoas não aprenderam a ler livros e interpretar a disciplina história. Nem tento explicar muito, pois a primeira coisa que dizem é que os livros de história foram escritos por comunistas.. (sic)

Para fechar esta primeira análise, observamos as últimas duas SDs que apresentam o funcionamento de duas posições-sujeitos distintas: uma posição-sujeito de rejeição à História (SD6), e outra, crítica ao conhecimento histórico da população, a SD7.

Inclusive nessas duas SDs, observamos um verdadeiro confronto no discurso materializado, sendo que na SD6 há uma crítica inflamada aos livros, à História, ao Ministério da Educação, vilipendiando o conhecimento adquirido através deles, pois, segundo este discurso, são informações esquerdistas e comunistas e tais ideologias são totalmente irrisórias.

Já na SD7, funciona uma posição-sujeito contrária ao discurso de rejeição à ciência histórica, com efeitos de ironia, vejamos: “Vejo que o PT realmente “falhou”, as pessoas não aprenderam a ler livros e interpretar a disciplina história. Nem tento explicar muito, pois a primeira coisa que dizem é que os livros de história foram escritos por comunistas..” (sic).

Ao atribuir a culpa da ignorância histórica a um partido político que estava naquele momento com o poder, observamos que os efeitos de sentidos que funcionam na SD7 denotam que não adianta tentar levar o conhecimento dos fatos, uma vez que vai se manter o funcionamento discursivo presente na SD6, de que o conhecimento advindo da História representa o comunismo, e tal sistema é considerado insignificante.

Quanto ao mecanismo imaginário sobre a Ditadura Militar no Brasil, temos o primeiro de que havia ordem naquela época e o segundo presente nas posições-sujeitos que resistem à intervenção, ou seja, o imaginário sobre a Ditadura também é construído como caos e mazelas à sociedade, por isso o combate ao enunciado analisado.

SD8:



Figura 3 - Publicação da página *Quebrando o Tabu*.

Publicação da página *Quebrando o Tabu*. Disponível em: <https://www.facebook.com/quebrandoatabu/posts/interven%C3%A7%C3%A3o-liter%C3%A1ria-%C3%A1-1191157480940637/>.

Na materialidade da SD8 (linguística e imagética), podemos observar uma foto que ilustra uma postagem da página *Quebrando o tabu*, com a imagem de um tanque de guerra transportando inúmeros livros e a inscrição do enunciado *Intervenção Literária Já*, funcionamento que estabelece uma relação metafórica com efeitos de sentidos parafrásticos, na relação com a SD2.

A imagem do tanque de guerra também institui uma metáfora discursiva, com efeito polissêmico, ao mobilizar os pré-construídos dos

já-ditos sobre tanques utilizados numa possível intervenção militar.

A seguir, as análises das SDS 9 e 10 que consistem num recorte de dois (2) comentários sobre a postagem da SD8⁴:

SD9:

J. P. Concordo plenamente, só assim ninguém mais teria desculpas pra dizer que em 64 foi golpe militar, onde que o mesmo congresso que cassou Dilma foi o mesmo que cassou João Goulart e não os militares atirando pelas ruas, e sim, houve o regime militar com total apoio da sociedade brasileira e inclusive da mídia, menos um jornal e os vagabundos que queria implantar o comunismo em nosso país. Abraços. de mais esses dois últimos comentários.

SD10:

“A. S. pena que os mais necessitados dessa intervenção, aqueles que desconhecem história por exemplo, não se interessam por ela :/” (sic)

Apesar da regularidade discursiva de apoio ao dito “Intervenção Literária Já” na maioria dos comentários que seguia na postagem da página, como se observa na SD10, há também comentários nos quais se materializa o discurso com a posição-sujeito favorável à tomada de poder pelos militares, caso da SD9.

No comentário que constitui a SD9, funciona uma posição-sujeito que ironiza a *Intervenção Literária Já*, pois segundo esse discurso a “verdadeira” literatura histórica comprovaria a negação da Ditadura; ou seja, institui-se, novamente, o efeito de apagamento de sentidos do período de governo ditatorial militarizado.

A SD10 fecha esta análise com o efeito de sentido que lamenta o desinteresse pela proposta da postagem daqueles que desconhecem a História,
4 Disponível em: <https://www.facebook.com/quebrandootabu/posts/interven%C3%A7%C3%A3o-liter%C3%A1ria-j%C3%A1/1191157480940637/>.

e sendo assim, além de negá-la, não serão afetados nem tampouco queiram ser, pela intervenção literária, do conhecimento, da aniquilação, da ignorância, tão cultuadas atualmente

Efeitos de Conclusão

A AD tem no digital novas possibilidades de circulações discursivas. Dentre as diversas funções presentes na rede social *Facebook*, utilizamos, neste processo, analítico as postagens consideradas públicas com seus respectivos comentários, também abertos a qualquer usuário da rede.

A análise mostra que a rede virtual se constitui em um lugar de inscrição de discursividades sobre o enunciado *Intervenção Militar Já*, que atualiza a memória do governo militarizado no Brasil e instaura uma disputa territorial entre: Sentidos da *Intervenção Militar Já* como Ditadura vs. Sentidos da *Intervenção Militar Já* como Ordem e Progresso.

Assim, sob o jogo de forças da memória, funcionam no discurso da *Intervenção Militar Já*, inscrito nas materialidades analisadas, posições-sujeitos favoráveis e contrárias à intervenção, com os seguintes efeitos de sentidos:

- Efeitos de apagamento e silenciamento dos sentidos do que foi a Ditadura Militar no Brasil, por isso a intervenção é discursivizada como benéfica à nação;

- Efeito de sentidos de Ditadura para a intervenção, e por isso ela é discursivizada, não como solução, mas como tentativa de apagamento da História.

No Facebook é possível que o leitor usuário reaja a qualquer publicação ou comentário através dos botões existentes, e isso, na AD, se trata de condições de produção da leitura, pois possibilita a participação do leitor, ao se inscrever neste espaço e se posicionar como sujeito discursivo, além de que, assim, ele pode produzir sentidos e também movimentar-se enquanto posição-sujeito assumida,

seja para simplesmente curtir, no modo geral, dizer que gostou da publicação ou dá a entender que a visualizou e está ciente do conteúdo, há como acionar o *amei*, que equivale a concordar inteiramente com aquela postagem, assim como o botão de *uau*, que equivale a se impressionar com algo, ou se surpreender diante da publicação. Da mesma forma que se pode concordar totalmente dando *amei*, é possível também discordar da postagem com o botão de *raiva*, que na época em que foram lançadas essas novas formas de interação, esse último botão era popularmente conhecido como o “*descurtir*”.

Destacamos que, para a AD, essas situações de interações pessoais não são relevantes, o que interessa à disciplina são as discursividades materializadas ali, nesse espaço de conflitos ideológicos, funciona uma determinada disputa territorial dando a possibilidade de identificação, ou não-identificação, com os discursos materializados naquele lugar, já que “um arquivo digital que funciona na movência da rede, também se funda no já dito e trabalha para fixar e estabilizar sentidos” (CORTES, 2015, p. 35).

O discurso digital faz com que haja um amplo campo de análises, considerando, principalmente, as condições de produção do discurso em circulação no virtual, tendo as suas características peculiares, como a velocidade de divulgação, a possibilidade de acesso para diferentes grupos sociais, a presença de diversidade ideológica circulando por lá, enfim, os atravessamentos discursivos e as disputas de territorialidade e relações de poder no embate que aparece devido às posições-sujeitos que são assumidas, discursivamente, pelos indivíduos presentes no *Facebook*, neste caso, tudo isso é materialidade discursiva e analítica na Análise de Discurso, considerando os seus conceitos e suas especificidades.

Referências

BRITO, A. M. de F. O movimento estudantil universitário no Brasil: entre a luta pela reforma universitária e a resistência à ditadura (1960-1968). In: *Contenciosa*, Año VI, nro. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.

CAVALCANTI, L. J. N. A promessa da democratização pela internet e os furos da realidade no virtual: Como o arquivo radicaliza. *VII Seminário de Estudos em Análise de Discurso*. Recife – PE, 2015.

CAZARIN, E. A.; MENEZES, E. S. A mídia e o golpe de 1964: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares. *Conexão Letras*, v. 9, n. 11, jan./jun. 2014, p. 112-122.

COLLING, A. M. Vozes silenciadas: a ditadura brasileira e as mulheres. In: *Contenciosa*, Año VI, nro. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.

CORTES, G. R. O. *Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica*. [Tese de Doutorado em Linguística]. Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

CORTES, G. R. O. Movimentos sociais, interlocução discursiva e a (re)territorialização do ciberespaço: uma análise da greve de professores estaduais da Bahia em 2012. *VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação*, Junho/2015.

COURTINE, Jean-Jacques. (1981) *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradutora: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009, 250 p.

COSTA CARDOSO, L. “Volta à Ditadura”? Retorno da utopia autoritária presente nas memórias de militares e civis de 1964. In: *Contenciosa*, Año VI, nro. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.

DIAS, Cristiane. *Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus*. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 44 (3): P. 972-980, Set.-Dez. 2015.

- GRIGOLETTO, Marisa. *Silenciamento e Memória: Discurso e colonização britânica na Índia*. São Paulo, 2003.
- GRIGOLETTO, Evandra. O discurso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C.R. *Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes* / Freda Indursky. – 2 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, Eni. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.
- ORLANDI, Eni. Exterioridade e ideologia. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (30): 27-33, Jan./Jun. 1996.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. (1969) Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutora: Bethania S. Mariani... [et al] – 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, pp.61-161, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. (1975) *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] – 2. ed. – Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutora: Bethania S. Mariani... [et al] – 3 ed Campinas: Ed. Unicamp, 1997, pp.163-252.
- PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 1999.
- SOUZA, Daniela Moura Rocha de; DIAS, José Alves. Apresentação do Dossiê Ditadura Militar no Brasil. In: *Contenciosa*, Año VI, nro. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.

Submissão: 17 de junho de 2019

Aceito em: 17 de julho de 2019.